



PROJETO DE LEI Nº , DE 2016
(Do Sr. Cabo Daciolo)

Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências”, para incluir as Forças Armadas e o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, como destinatários dos recursos financeiros provenientes da exploração de petróleo e gás natural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º. Esta Lei altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências”, para incluir as Forças Armadas e o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, como destinatários dos recursos financeiros provenientes recursos financeiros provenientes da exploração de petróleo e gás natural

Artigo 2º. O Artigo 1º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL CABO DACIOLO

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde, para as Forças Armadas e para o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal” (NR)

Artigo 3º. O Artigo 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para a saúde, na forma do regulamento, para as Forças Armadas e para o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, os seguintes recursos:”

.....
..... (NR)

Artigo 4º. O § 3º do Artigo 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. União aplicará os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 50% (cinquenta por cento) na área de educação, de 20% (vinte por cento) na área de saúde, de 15% (quinze por cento) nas Forças Armadas e de 15% (quinze por cento) no Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.” (NR)

Artigo 5º. Acrescenta-se ao Artigo 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, o § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.” (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL CABO DACIOLO

Artigo 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pilares do Estado são Educação, saúde, defesa e transporte. Contudo, faltam investimentos condizentes com a dimensão territorial do país nas Forças Armadas e na segurança pública.

Nas últimas décadas, o país não investiu na formação de Forças Armadas mais modernas e bem equipadas e tampouco procurou se adaptar às transformações no cenário estratégico militar. O resultado desse virtual descaso do Estado brasileiro com sua própria segurança é o alto grau de sucateamento vivido pelas Forças Armadas: metade dos principais armamentos do país, como blindados, aviões e navios, estaria indisponível para uso.

As prioridades da Estratégia Nacional de Defesa não devem ser apenas reaparelhar as Forças Armadas, mas promover reajustes salariais condizentes com o aumento da inflação.

Para isso, é preciso investimentos maciços nas Forças Armadas, bem como no melhoramento da Segurança Pública. Nesse sentido, sugerimos a alteração da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências”, para incluir as Forças Armadas e o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, como



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL CABO DACIOLO

destinatários dos recursos financeiros provenientes da exploração de petróleo e gás natural.

Assim, a União deverá aplicar os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 50% (cinquenta por cento) na área de educação, de 20% (vinte por cento) na área de saúde, de 15% (quinze por cento) nas Forças Armadas e de 15% (quinze por cento) no Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Estados, Distrito Federal e Municípios manterão os coeficientes atuais, no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.

Ante o exposto, submetemos aos nobres pares a presente proposição, e contamos com o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2016.

CABO DACIOLO
DEPUTADO FEDERAL
Sem Partido/RJ